

O bibliotecário jurídico na Espanha na atualidade: realidade e futuro

David Aznar Lafont

Estuda a situação do bibliotecário jurídico na Espanha. A partir do ponto de vista educativo, os estudos de Biblioteconomia, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, não oferecem uma formação específica direcionada ao profissional desde setor, como ocorre em outros países. Isso se deve, fundamentalmente, à redução da demanda por este posto especializado no mercado de trabalho. Por outro lado, a titulação em Informação e Documentação não é o requisito imprescindível para atender às muitas ofertas profissionais destinadas aos bibliotecários jurídicos, tanto no âmbito privado quanto no público. Finalmente, se apresenta a ausência de estruturas profissionais de bibliotecários jurídicos como associações, congressos, revistas especializadas e homenagens na Espanha, diferentemente de outras áreas da biblioteconomia, como aquelas relacionadas com a Medicina ou a área de Musicologia.

Palavras-chave: Bibliotecário jurídico – Espanha. Biblioteconomia Jurídica. Informação jurídica.

El bibliotecario jurídico en España en la actualidad: realidad y futuro

Estudia la situación del bibliotecario jurídico en España. Desde el punto de vista educativo, los estudios de Biblioteconomía en grado y postgrado no ofrecen una formación específica dirigida al profesional de este sector, como ocurre en otros países. Esto es debido, fundamentalmente, a la reducida demanda de este puesto especializado en el mercado laboral. Por otro lado, la titulación en Información y Documentación no es requisito imprescindible para acceder a muchas ofertas laborales destinadas a los bibliotecarios jurídicos, tanto en el ámbito privado como público. Finalmente, se muestra la ausencia en España de estructuras profesionales de bibliotecarios jurídicos como asociaciones, congresos, revistas especializadas y

Graduado em Direito pela Universidad de Navarra. Atualmente é bibliotecário jurídico, administrador do sistema da biblioteca e responsável de propriedade intelectual na biblioteca da Universidad de Navarra (Spain).

daznar@unav.es

homenajes, a diferencia de otros ámbitos bibliotecarios, como las relacionadas con la Medicina o la Musicología.

Palavras-chave: Bibliotecario jurídico – España. Técnica legislativa. Câmara dos Deputados – Brasil.

The law librarian in Spain today: reality and future

This paper examines the situation of the law librarian in Spain. From the educational point of view, studies of librarianship in undergraduate and postgraduate not offer specific training for the professionals in this sector, as in other countries. This is due mainly to the reduced demand for specialized position in the job market. In the other hand, the Information and Documentation degree is not a requirement for a lot of job offers for law librarians, in the private market or public. Furthermore, the degree in Information and Documentation is not required to access many job offers aimed at the law librarians in both the private and public job market. Finally, is shown the absence of professional structures for law librarians like associations, conferences, journals and tributes, unlike other library fields such as medicine or museology.

Keywords: Librarianship – Spain. Law librarianship. Legal information. Law librarian.

1 OS ESTUDOS DE BIBLIOTECONOMIA NA ESPANHA E SUA RELAÇÃO COM A DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

Na Espanha, a licenciatura em Informação e Documentação é a titulação que veio a adaptar os estudos de Graduação em Biblioteconomia e Documentação (três períodos de duração) e a Licenciatura em Documentação (2º ciclo) no Espaço Europeu de Educação Superior, mais conhecido como Plano Bolonha. Este plano nasce com o objetivo de harmonizar os diferentes sistemas educativos dos países membros da União Europeia, assim como favorecer a mobilidade dos estudantes entre os países. No ano de 2008 se inicia este curso nas Universidades de Zaragoza, Salamanca e Carlos II (ORTIZ-REPISO; CALZADA-PRADO; APORTELA-RODRÍGUEZ,

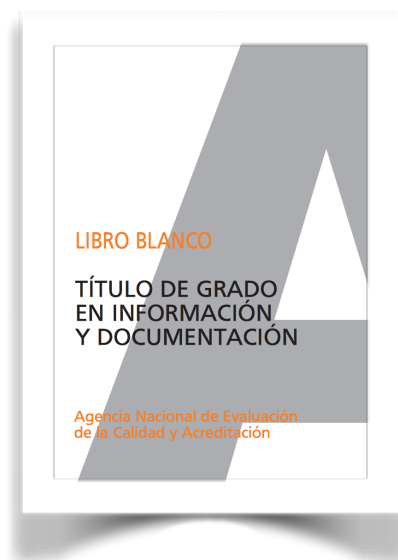
2013, p. 508) e em 2013 eram 16 as universidades que ministram esse curso, cuja duração é de quatro períodos acadêmicos.

No *Libro blanco del Título del Grado de Información y Documentación* (AGENCIA..., 2004) podemos encontrar as recomendações para o formato da titulação. Nelas se estabeleceram o perfil profissional, as competências transversais e específicas, os objetivos, a estrutura, o nome, os conteúdos comuns obrigatórios, obrigatoriedade ou caráter optativo das matérias, e os critérios dos processos de avaliação.

Mas não encontramos nenhuma menção à formação do bibliotecário ou documentalista jurídico. Dentro dos conteúdos comuns obrigatórios foi incluída a disciplina “Fontes de informação” ainda que sem nenhuma especialização no campo jurídico nem em outras matérias. Uma das saídas profissionais que são propostas no livro são as bibliotecas especializadas, fazendo referência aos centros de documentação da Administração Pública e às assessorias e consultorias jurídicas. (AGENCIA..., 2004, p. 53).

Quanto ao currículo desenvolvido na atualidade, a presença da formação jurídica está limitada a um tópico ou a uma parte da matéria obrigatória “Recursos de informação especializados” (UNIVERSIDAD..., 2015) ou a algumas disciplinas optativas: “Documentação da União Europeia e Publicações Oficiais” ou “Fontes de Informação e Gestão Documental para as Administrações Públicas” (UNIVERSIDAD..., 2015a), mas isso não se aplica a todos os casos. De acordo com estudo publicado recentemente, na Graduação em Informação e Documentação se constata a presença escassa de temas que vinculem a documentação a campos profissionais específicos. Realizando uma recontagem das matérias de documentação aplicada a campos específicos (para além dos já mencionados) são muito poucas as que incluem a especialização por áreas do conhecimento. Basicamente se resumem à Documentação Biossanitária, Documentação para Meios de Comunicação, Documentação para a Empresa e Documentação Musical. (MONEDA, 2014, p. 8).

No tocante aos programas de pós-graduação, no ano de 2013 haviam sido registrados 53 mestrados com uma cobertura temática de caráter geral, com foco em bibliotecas e arquivos digitais, gestão da informação (*information management*),



museologia, arquivística e bibliotecas escolares. Finalmente também encontramos programas especializados em documentação médica ou musical. Não existe nenhum curso de pós-graduação cuja temática se volte para as bibliotecas e para a documentação jurídica. (ORTIZ-REPISO; CALZADA-PRADO; APORTELA-RODRÍGUEZ, 2013, p. 509)

Também no biênio 2012-2013 existiam 13 programas de doutorado (ORTIZ-REPISO; CALZADA-PRADO; APORTELA-RODRÍGUEZ, 2013, p. 510). A revisão dos objetivos desses programas não indica nenhuma especialização na área jurídica. São centrados na pesquisa sobre bibliotecas, arquivos e outros serviços de informação de maneira genérica. (UNIVERSIDAD..., 2015b; UNIVERSIDAD..., 2015)

Em resumo, no ensino oficial de Informação e Documentação na Espanha não existe uma abordagem destinada ao bibliotecário jurídico, como ocorre em outros países. Esta matéria só é abordada em partes de uma disciplina obrigatória ou em disciplinas optativas que tratam de assuntos a ela relacionados. Tampouco existem programas de pós-graduação, sejam de mestrado ou doutorado, relacionados de forma específica com este tema.

2 MERCADO DE TRABALHO

Geralmente o mercado de trabalho em que podem atuar os graduados se divide em áreas pública e privada. Tradicionalmente, o setor público (Administração, universidades e outras instituições públicas) tem sido o destino majoritário dos antigos graduados (ESPELT; PONS, 1993; GIRAMÉ *et al.*, 2005). Estudos posteriores têm demonstrado que, nos últimos anos, as ofertas de emprego público foram reduzidas substancialmente até serem superadas pelas oportunidades oferecidas pelas empresas privadas, resultado da crise económica que a Espanha vivenciou. (ABADAL FALGUERAS; BORREGO HUERTA; SERRA PÉREZ, 2012, p. 3; MARTÍNEZ COMECHE *et al.*, 2015, p. 178).

Durante os anos 2012 e 2013, analisando 1.700 ofertas de emprego, só 9,8% eram públicas, enquanto que 90,2% eram privadas, (MARTÍNEZ COMECHE *et al.*, 2015, p. 178). O emprego público é um mercado muito estático. Geralmente, para o acesso às ofertas públicas de emprego da área de Biblioteconomia, só se exige o nível de titulação (graduação, licenciatura etc.) sem especificar, salvo em raras ocasiões, a especialidade correspondente, nem tampouco a formação relacionada ao

campo jurídico, para os postos em bibliotecas especializadas neste tema. São postos de trabalho oferecidos pela Administração sem uma periodicidade fixa, nos quais a realização de provas escritas e um sistema muito rígido de avaliação de méritos e experiência determina a pontuação do candidato. A obtenção da vaga requer que o candidato seja funcionário e, portanto, mantenha o posto sem o risco de perdê-lo, exceto por motivos muito especiais (disciplinares etc.). A mobilidade do trabalho é produzida dentro da própria administração e está restrita a funcionários públicos.

No que se refere ao setor privado em geral, estudos recentes indicam que a maior parte das ofertas para os profissionais da informação raramente são solicitadas com titulação específica em Informação e Documentação, já que buscam um perfil mais genérico. (ABADAL FALGUERAS; BORREGO HUERTA; SERRA PÉREZ, 2012, p. 6) Embora seja verdade que, nos postos de trabalho para bibliotecários, é perceptível um percentual elevado de casos que requerem essa titulação. (MARTÍNEZ COMECHE *et al.*, 2015, p. 185)

Em resumo, o mercado de trabalho está submetido, por um lado aos condicionantes do sistema público, no qual o perfil de acesso é genérico e o sistema de avaliação é muito rígido. Por outro lado, o mercado privado valoriza mais a titulação correspondente para os empregos em que o perfil demandado é para uma biblioteca, mas, em outros casos, buscam perfis genéricos. Como veremos posteriormente, o mercado de trabalho privado, no caso específico dos bibliotecários jurídicos, tem uma demanda de emprego muito escassa.

3 A REALIDADE DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO NA ESPANHA

Em 2011, foi celebrado o primeiro “Café da manhã de Trabalho” organizado pela *Sociedad Española de Información y Documentación Científica* (SEDIC), em torno da figura do documentalista e do bibliotecário jurídico. Naquela oportunidade se reuniram profissionais das áreas da biblioteca e da documentação jurídica que trabalharam em associações de advogados, escritórios de advocacia, tribunais, Senado e bibliotecas universitárias de direito. Na *Crónica* do mesmo (SOCIEDAD..., 2011), concluiu-se que a documentação jurídica é diferente do resto, existe como assunto no curso de Direito, mas não no curso de Documentação e o seu mercado de trabalho escasso impede a existência de um curso de pós-graduação específico. O perfil do profissional que realiza as funções de informação e documentação na área jurídica é,

habitualmente, de um licenciado em Documentação, cujas noções de Direito e do marco jurídico são provenientes de uma formação contínua e de cursos intensivos. A formação contínua e a inclusão de alguma matéria específica nos programas de graduação em Documentação seria a melhor solução em um mercado de trabalho tão escasso.

No âmbito universitário, a figura do bibliotecário temático na Espanha é recente. Na Universidade Politécnica da Catalunha começou em 2001 (MOLINOS CERVERA; PUERTAS MOLINA, 2005, p. 1), enquanto que na Universidade de Navarra em 2002 (ZAPIRAIN SAGASETA, 2014, p. 22). No ano de 2012 foi feito um estudo sobre a presença do bibliotecário jurídico nas universidades espanholas (AZNAR LAFONT, 2012). Este estudo indicou que a figura do bibliotecário de Direito nas universidades espanholas não é comum e não está integrada oficialmente no organograma das bibliotecas. Só 41% das bibliotecas pesquisadas indicaram que tinham um bibliotecário jurídico ou especializado em Direito. Nos casos em que existia esse profissional, não se levava em conta sua formação jurídica para a contratação, já que das 14 bibliotecas, que afirmaram ter essa figura, só em 4 casos havia algum tipo de formação jurídica. Nas bibliotecas universitárias que contavam com bibliotecário de Direito, se percebia uma maior atividade na formação específica de usuários sobre temas jurídicos, uma integração mais frequente da mesma nos programas de graduação em Direito e índices mais altos de presença na formação de professores. Além disso, se relacionava com um maior nível de responsabilidade da biblioteca no controle do pressuposto para o desenvolvimento da coleção jurídica.

4 RECOMENDAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA FIGURA QUE REALMENTE EXISTE

Como indicamos, existem profissionais que, tanto no campo da documentação quanto na biblioteca jurídica, desempenham esta função na Espanha, mas falta uma estrutura profissional (associação, congressos, revistas, formação etc.) como a que existe em outros países. Nas bibliotecas universitárias, a presença do bibliotecário especializado em Direito se demonstra positiva e benéfica.

Portanto, seria conveniente executar uma série de medidas para estabelecer uma estrutura profissional que implique o reconhecimento por parte do mercado de trabalho, tanto público quanto privado:

- Criação de uma Associação de Bibliotecários e Documentalistas Jurídicos, que serviria para promover a profissão, buscar seu reconhecimento nas demandas por emprego público e privado, e fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências profissionais. FESABID (Federação Espanhola de Sociedades de Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação) é a instituição que aglutina as associações profissionais de diferentes campos temáticos e geográficos. Por exemplo, encontramos entre seus integrantes a Associação Espanhola de Documentação Musical (AEDOM) (FESABID, 2015). Portanto, parece razoável a integração na FESABID de uma nova associação de profissionais da informação no mundo jurídico;
- Jornadas de informação e documentação jurídica. A celebração desses tipos de reuniões permite estabelecer contatos profissionais e comerciais, intercâmbios de ideias e opiniões, apresentação de novidades por parte dos diferentes provedores jurídicos etc. Os bibliotecários e documentalistas da área das Ciências da Saúde na Espanha celebram, periodicamente, a BiblioSalud, que são as Jornadas de Informação e Documentação das Ciências da Saúde (BIBLIOSALUD, 2014);
- Integração da formação específica sobre informação e documentação jurídica nas graduações e pós-graduações de Documentação ou aliança com outras titulações. Esta ideia já foi proposta no citado “Café da manhã de Trabalho da SEDIC” (SOCIEDAD..., 2011). Como foi proposto (GARCÍA MARCO, 2013, p. 498 – 499), pode ser uma alternativa que a especialização em documentação jurídica se estabeleça nos programas de pós-graduação. Um graduado em Informação e Documentação pode atuar de forma competente em qualquer campo, mas, de maneira menor do que um especialista temático com formação equivalente em nosso campo. Dessa forma, este autor propõe alianças com outras formações para conseguir essa especialização, por exemplo, mediante titulações duplas;
- Avaliação adequada desta formação e experiência com as oposições. Dentro de um sistema de pontuação, nas provas de acesso às vagas de bibliotecário ou documentalista jurídico das Administrações Públicas, se deveria avaliar a formação e experiência com a documentação jurídica. Desta maneira, seria fomentada a criação de programas acadêmicos ou profissionais especializados, para além das iniciativas privadas atuais.

5 CONCLUSÕES

O cenário para o bibliotecário jurídico na Espanha, tanto em âmbito acadêmico como no profissional, não é otimista. Um profissional que queira desempenhar este tipo de trabalho encontra vários obstáculos:

- mercado de trabalho escasso e pouco dinâmico: o setor público é um mercado muito estático que, como vimos geralmente, não requer a titulação específica para acesso aos postos de trabalho, nem formação na área jurídica. No que se refere ao setor privado, os postos são muito escassos: grandes empresas de advocacia mais próximas do mundo anglo-saxônico, associações de advogados, embaixadas ou centros de documentação são os destinos habituais. Mas a empresa privada não pode absorver todos os egressos das Universidades (SOCIEDAD..., 2011);
- ausência de formação específica nas graduações: nos cursos não existe uma disciplina de documentação jurídica, sem dúvida algumas universidades têm optado por incluir em seus programas de estudo o ensino de documentação jurídica na Graduação em Direito, como matéria de caráter básico ou obrigatório, como por exemplo, a Universidade Autônoma de Madri ou a Universidade de Rioja (JORNET MESEGUER, 2011, p. 4). Tampouco existe uma pós-graduação para os profissionais que queiram se especializar nessa área. A formação contínua, as bolsas de estudos (SENADO..., 2015), a adaptação do profissional ao seu posto de trabalho, são as alternativas a essa ausência de formação regular. Existem iniciativas privadas de formação como o “Curso Online de Documentação Jurídica espanhola e da União Europeia: Principais recursos na Internet” (SOCIEDAD..., 2015) que tentam cobrir esse vazio;
- pouca avaliação da titulação: os nichos de mercado mais importantes não costumam pedir como requisito a formação específica, nem avaliam a preparação na área jurídica. Isso dificulta orientar a formação tendo em vista que existe uma qualificação que não é valorizada. Este perfil profissional é reconhecido no exterior, ainda que na Espanha se continue considerando o documentalista como um profissional administrativo. (SOCIEDAD..., 2011)

A falta de estrutura impede que uma profissão se desenvolva de maneira adequada e que venha a ser reconhecida como estando no entorno profissional e social. O bibliotecário jurídico na Espanha surge pela própria necessidade dos postos

de trabalho (bibliotecas de universidade, Parlamentos, associações de advogados, escritórios de advocacia e tribunais) mas a ausência de uma associação profissional que lhe dê respaldo e de um contato profissional habitual, por meio de jornadas ou congressos, lhe impede de desenvolver pilares como são a formação regular, a integração com os requisitos das ofertas de emprego e a sua inclusão nos programas oficiais das escolas de formação. Como indica Taladriz Mas (2014, p. 2) “Os serviços de informação só alcançarão o reconhecimento da sociedade quando os próprios profissionais forem os primeiros a valorizar seu trabalho, defendendo-o, melhorando-o cada vez mais; ao oferecer seu conhecimento como gestores de informação, não somente aos usuários, mas às próprias instituições e às organizações do entorno, a outras áreas profissionais.”

6 BIBLIOGRAFIA

ABADAL FALGUERAS, E.; BORREGO HUERTA, Á.; SERRA PÉREZ, R. Mercado laboral de profesionales de la información: evolución de la oferta y de los perfiles ocupacionales. **BiD: Textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, n. 29, p. 5, 2012.

AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN (ANECA). **Libro Blanco del Título de Grado en Información y Documentación**. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación, 2004.

AZNAR LAFONT, D. La biblioteca jurídica y los bibliotecarios en las universidades: el ejemplo de Estados Unidos y la realidad española. **Boletín de la ANABAD**, v. 62, n. 1, p. 95–108, 2012.

BIBLIOSALUD. **Jornadas Nacionales de Información y Documentación en Ciencias de la Salud** – Bibliosalud 2014. Disponível em: <<http://jornadasbibliosalud.isciii.es/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

ESPELT, C.; PONS, A. Dades sobre la incorporació laboral de les darreres promocions de diplomats de l'Escola “Jordi Rubió i Balguer”. 1993.

FESABID. **Asociaciones | Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID)**. Disponível em: <<http://www.fesabid.org/federacion/asociaciones>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GARCÍA MARCO, F. J. Educación y aprendizaje de la información y la documentación: raíces, desafíos y líneas de acción. **El profesional de la información**, v. 22, n. 6, p. 489–504, 2013.

GIRAMÉ, R. *et al.* Estudio sobre la inserción laboral de los diplomados en Información y Documentación por la Universitat de Vic (9.^a, 2005. Madrid). Madrid: **FESABID.Jornadas Españolas de Documentación**, 2005. Disponível em: <<http://www.cultura.gob.es/correobibliotecario/index.php/cb/article/viewArticle/454>>. Acesso em: 14 out. 2015

JORNET MESEGUER, M. La documentación jurídica en la formación del jurista. **ROED: Revista online de estudiantes de Derecho**, n. 1, p. 5, 2011.

MARTÍNEZ COMECHE, J. A. *et al.* La demanda de profesionales de la información y documentación en España: Análisis de las denominaciones de las ofertas de trabajo y de las tareas y competencias profesionales que involucran. **Revista General de Información y Documentación**, v. 25, n. 1, p. 175–190, 10 jul. 2015.

MOLINOS CERVERA, I.; PUERTAS MOLINA, M. Los bibliotecarios temáticos en las bibliotecas de la Universitat Politècnica de Catalunya: la área temática “Ciencias de la visión”. (11.^a, 2005, Terrasa). **XI Jornadas Nacionales de Información y Documentación en Ciencias de la Salud**, Terrasa, 27 jul. 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/7856/1/bibliotecarios_tematicos_vision.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015

MONEDA, M. DE LA. La interdisciplinaridad en los grados de Información y Documentación. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, 2014.

ORTIZ-REPISO, V.; CALZADA-PRADO, J.; APORELA-RODRÍGUEZ, I. M. ¿Qué está pasando con los estudios universitarios de biblioteconomía y documentación en España? **El Profesional de la Información**, v. 22, n. 6, p. 505–514, 2013.

SENADO DE ESPAÑA. **Becas | Senado de España**. Disponível em: <<http://www.senado.es/web/relacionesciudadanos/trabajarformarsesenado/becas/index.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE INFORMACION Y DOCUMENTACION CIENTÍFICA (SEDIC). **Crónica del desayuno de trabajo: El perfil del profesional de la documentación y la información en el mundo del derecho**. Disponível em: <http://www.sedic.es/actividades_desayuno_trabajo-junio-2011_cronica.asp>.

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE INFORMACION Y DOCUMENTACION CIENTÍFICA (SEDIC). **Curso on-line Documentación Jurídica española y de la Unión Europea Principales**

recursos en Internet. Disponível em: <http://www.sedic.es/f_cursosvirtuales-15-4tr07.asp>. Acesso em: 17 out. 2015.

TALADRIZ MAS, M. Gestores de información y reconocimiento social. **BiD: textos universitarios de biblioteconomía i documentació**, 2014.

UNIVERSIDAD CARLOS III DE MADRID. **Grado en Información y Documentación-Recursos de información especializados.** Disponível em: <http://www3.uc3m.es/reina/Fichas/Idioma_1/210.13373.html>. Acesso em: 2 nov. 2015.

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID. **Grado de Información y Documentación.** Disponível em: <<http://www.ucm.es/estudios/grado-informacionydocumentacion>>. Acesso em: 2 nov. 2015a.

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID. **Programa de Doctorado en Ciencias de la Documentación. Facultad de Ciencias de la Documentación.** Disponível em: <<http://documentacion.ucm.es/presentacion-y-objetivos>>. Acesso em: 2 nov. 2015b.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. **Doctorado en Información y Documentación | Universidad de Salamanca.** Disponível em: <<http://www.usal.es/webusal/node/5452/presentacion>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

ZAPIRAIN SAGASETA, P. J. **El bibliotecario temático de comunicación en la Universidad de Navarra. Una experiencia de doce años.** (Trabajo fin de Grado). León: Universidad de León, 23 jul. 2014.

Tradução: Inaldo Barbosa Marinho Júnior

Como citar este artigo:

AZNAR LAFONT, David. O bibliotecário jurídico na Espanha na atualidade: realidade e futuro. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.1, p. 61-71, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.